

**ANÁLISE DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS URBANOS QUE INTERFEREM NA (IN)  
SUSTENTABILIDADE DE CIDADES: um estudo no Município de Queimadas-PB**

**PRISCILA BASTOS MACIEL**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

**MARIA DE FÁTIMA MARTINS**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

**RODRIGO OLIVEIRA RIBEIRO**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

# ANÁLISE DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS URBANOS QUE INTERFEREM NA (IN) SUSTENTABILIDADE DE CIDADES: um estudo no Município de Queimadas-PB

## 1.0 INTRODUÇÃO

O cenário atual marcado por incertezas quanto a finitude dos recursos naturais, demonstra que a atitude do homem moderno parece não atentar para tal realidade. A escassez destes recursos é um tema que permeia as agendas da gestão pública a fim de, se não reverter, mas estagnar a ação antrópica decorrente do processo de modernização das sociedades, que tem por base o sistema capitalista, que objetiva a obtenção do lucro, criando assim uma sociedade de consumo.

Neste contexto, o conceito de Desenvolvimento Sustentável emerge como proposta positiva de assegurar às gerações, qualidade de vida, de modo a equilibrar isto com a proteção ao ambiente natural. Para Buarque (2008, p. 58), “[...] o Desenvolvimento Sustentável se difunde como uma proposta de desenvolvimento diferenciado e, ao mesmo tempo, torna-se uma alternativa viável e não mais apenas uma utopia ou fantasia organizada da sociedade [...]”, muito embora a definição mais usual é aquela extraída do Relatório de *Brundtland*, cujo desenvolvimento deve ser capaz de atender as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas necessidades (BRUNDTLAND, 1987). Um conceito questionável, uma vez que, diante das dificuldades de atender as necessidades das gerações atuais, como pensar em tais necessidades numa perspectiva futura.

O espaço urbano reúne um conjunto de elementos do ambiente natural e do construído, mediado por diversas relações de interdependências. Essas relações se estruturam e se transformam a partir da interferência humana, resultando num espaço em constante evolução e desenvolvimento (MARTINS, 2012). Necessário se faz, portanto, um olhar para as cidades que, de um modo geral, é o *locus* desse processo de modernidade, caracterizando-se por sua estrutura urbana, que comporta em seu interior, pessoas que vêm de lugares diversos. Contudo, esta estrutura consolidada, na maioria dos casos, ainda é carente de um planejamento que possibilite uma vivência mais digna, justa e igualitária.

Conforme o processo de desenvolvimento adotado ao longo dos tempos e processo de evolução, as cidades definem suas próprias condições, emergindo daí diversos problemas urbanos que se tornam mais complexos à medida que ela cresce. Esses problemas passam a interferir nas condições de vida da população, sendo primordial a adequação da infraestrutura para atender às novas demandas da população (MARTINS, 2012). De modo reduzido àquilo que é básico em seus princípios, Farr, (2013, p. 28) afirma que “[...] urbanismo sustentável é aquele com um bom sistema de transporte público e com a possibilidade de deslocamento a pé, integrado com edificações e infraestrutura de alto desempenho”. Oportuno mencionar que este autor traz caracteres como a compacidade (densidade) e a biofilia (acesso humano à natureza) como primícias para um urbanismo sustentável.

No entanto, antes de buscar melhorar os níveis de sustentabilidade do espaço urbano, deve-se direcionar o olhar para conhecer a problemática urbana das cidades, como forma de entender os principais entraves e limitações para o processo de desenvolvimento, bem como, as prioridades locais que emergem desse contexto, como forma de melhor direcionar as políticas públicas urbanas.

Para a realização deste estudo, escolheu-se como área de estudo, o município de Queimadas, localizado no agreste Paraibano, com uma área de 402,923 km<sup>2</sup>. Segundo dados do censo de 2010 do IBGE, o município possui uma população de 41.049 habitantes e uma densidade demográfica de 102,17 km/hab. Revela ainda dados urbanos de situação domiciliar urbana de 18.561 pessoas. De acordo, ainda com o censo relativo a meio ambiente e território,

o município possui domicílios com esgotamento sanitário adequado (46,5%), 68,6% de domicílios em vias públicas com arborização e 5.1% com adequada urbanização, ou seja, beiro, calçada, pavimentação e meio-fio.

Nesse contexto, o objetivo do presente artigo consiste em analisar os problemas urbanos atuais que interferem na (in) sustentabilidade urbana do Município de Queimadas-PB. Considerando que essas informações sobre a problemática urbana do município é condição inicial para qualquer interferência ou transformação do espaço urbano, entende-se que a principal relevância do estudo é gerar informações das condições atuais do espaço urbano, que servirão de base para todo o processo de tomada de decisão referente a gestão pública urbana e as decisões políticas em busca de um desenvolvimento urbano sustentável.

## **2.0 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 O Espaço Urbano**

Quando se fala em espaço urbano é imprescindível ter ciência sobre o que é rural e o que é urbano de fato. Tem-se que o campo é a zona geográfica destinada a atividades como agricultura, pecuária e extrativismo, enquanto que a área urbana nada mais é que o espaço que passou pelo processo de urbanização, fenômeno este decorrente da crescente industrialização. Entretanto, mesmo que seja possível a análise de suas particulares divergências, tanto a cidade como o campo não são mais conceitos puros, de fácil identificação ou delimitação. Apesar de serem compreendidos como elementos sócio espaciais opostos, são também complementares, tendo em vista que a cidade obtém diversos produtos do campo, que por sua vez, necessita de serviços prestados na zona urbana. Aqui, a compreensão do espaço urbano é a junção do meio natural e o espaço construído.

Divisor de águas para a sociedade, a Revolução Industrial marca um período na história, cuja economia fora caracterizada pela substituição do trabalho manual, em detrimento do uso da máquina, movida a queima de combustível fóssil, em particular o carvão mineral. Desde então, o mundo acelera a sua produção industrial para atender a demanda do sistema capitalista, que exige maior produção e produtividade, exigindo, para tanto, uma diversificação de sua matriz energética. Concomitante a este processo, é gerada uma sociedade de consumo, ausente das responsabilidades com os excedentes deste consumo sendo, portanto, também, para a realidade da finitude dos recursos naturais disponíveis.

De um modo atraente, os espaços urbanos vão ganhando importância, em decorrência da oferta dos serviços, como algo promissor de melhoria na qualidade de vida das populações. Surgem, então, os movimentos migratórios do campo para a cidade, aumentando assim a demografia, superlotando estes espaços, quase nunca preparados em termos estruturais ou de planejamento, para receber esse contingente, acarretando em problemas sociais, ambientais e econômicos, fazendo surgir, então as favelas.

Segundo Maricato (2001) a urbanização nada mais é do que a construção da cidade, pois nela são estabelecidos os espaços que atendem às necessidades da população, os quais devem proporcionar bem estar e qualidade de vida para a população. A construção e o crescimento desses espaços urbanos necessitam de planejamento e de uma infraestrutura básica que sejam sustentáveis, a fim de minimizar os impactos causados pela expansão urbana desenfreada.

É relevante também destacar que as cidades são diferentes entre si. Para entender o que é cidade é preciso ir além do número de habitantes. Deve-se mergulhar em seu processo histórico e cultural, buscar compreender suas relações econômicas, sociais e políticas e a partir disso, entender o processo de expansão urbana. De acordo com Lefebvre (2001), o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir, enfim é um modo de vida.

O crescimento demográfico aliado ao crescimento do movimento migratório do campo para a cidade e das cidades menores para as maiores, acarretou inúmeros problemas conhecidos e universais, tais como: favelas, invasões, incapacidade de absorção e de atendimento de necessidades de saneamento e abrigo, entre outros (WILHEIM, 2008). Sendo assim, dada essa complexidade que envolve o espaço urbano, há um esquecimento de sua identidade e o processo de gestão torna-se difícil, provocando a não satisfação das necessidades humanas e sociais (ROGERS, 2008).

Diante do caos que atualmente se verifica na maioria dos espaços urbanos, cuja priorização dos espaços construídos em relação aos espaços naturais é evidente e reflete na perda substancial na qualidade de vida urbana, conclama-se a comunidade científica a um direcionamento conceitual, a fim de que seja estabelecido um equilíbrio entre a continuidade das populações, sem que haja prejuízo ao desenvolvimento social e econômico e, ainda assim, preservar os recursos naturais. Eis que surge, então, o conceito de Desenvolvimento Urbano Sustentável, por diversos autores, com uma visão focada nos aspectos ambiental, social, política e econômica, expondo, portanto, vasta compreensão.

## **2.2 Desenvolvimento Urbano Sustentável**

O termo desenvolvimento sustentável foi reconhecido a partir do Relatório *Blundtland* ou Nosso Futuro Comum da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento sustentável é apresentado como um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, para atender às necessidades e aspirações humanas (CMMAD, 1991).

O termo desenvolvimento sustentável passou a ser amplamente discutido na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, na qual foi elaborado a Agenda 21, que buscou identificar os principais problemas, como enfrentá-los e as metas para o futuro, além de trazer os indicadores de sustentabilidade como ferramentas no processo de avaliação da sustentabilidade. Nesse mesmo documento, no capítulo 7, estão evidenciados os princípios relativos ao desenvolvimento urbano sustentável (FERREIRA, 2016). Assim, a questão urbana emerge nesse contexto, como uma resposta ao crescimento populacional exacerbado, culminando com a má qualidade de vida e o distanciamento entre a oferta de serviços e as necessidades da população.

Essas questões provocam, naturalmente, uma discussão da sustentabilidade urbana, juntamente com a necessidade de considerá-la como temática que traz variadas concepções, contendo valores, emoções, percepções, sensibilidade e ética, que variam, de acordo com o lugar, bem como, o olhar do pesquisador. Dessa forma, qualquer apontamento sobre a sustentabilidade urbana necessita de um entendimento de que a mesma engloba fatores que são dinâmicos e que geram resultados diversificados e em diferentes proporções de acordo com cada população. Além de existir as características intrínsecas das cidades, que proporcionam formações humanas que trazem em si uma história com condições singulares, potencialidades e vários ensejos locais que estão inseridos na sua morfologia e identidade (MARTINS, 2012).

Assim, a sustentabilidade urbana necessita, em termos conceituais, de um uma visão interdisciplinar e assim, são propostos diversos conceitos, o que torna difícil sua caracterização. As ações políticas, sociais e ambientais são fundamentais para que se tenha uma aplicabilidade do conceito no meio urbano (SAMPAIO, 2009), sempre levando em consideração o espaço urbano investigado.

Acselrad (2009) apresenta três representações da cidade, que correspondem a diferentes sentidos do que se pretende legitimamente e que são capazes de dar durabilidade à integridade

do urbano. Sendo elas: a representação tecno-material das cidades, onde a cidade sustentável é aquela que proporciona, para uma mesma quantidade de serviços oferecidos, o menor consumo de energia fóssil e de outros recursos materiais, fazendo o maior aproveitamento dos fluxos locais; a cidade como espaço da qualidade de vida, como aquela que é composta por integrantes não mercantis da existência cotidiana e cidadã da população urbana, especialmente no que se refere às implicações sanitárias das práticas urbanas, tomando como base aspectos como pureza, cidadania e patrimônio para garantir a identidade, valores e heranças construídos ao longo do tempo; a cidade como espaço de legitimação das políticas urbanas, através da materialidade das cidades politicamente construída, visando o atendimento das necessidades quotidianas da população, bem como da capacidade das políticas públicas de adaptarem a oferta às demandas sociais.

O desenvolvimento urbano sustentável de acordo com Ferreira (2005, p.1) “não têm um carácter universal, mas variam de acordo com as comunidades, com as suas realidades econômicas, sociais e ambientais, com os seus valores e atitudes ligados às suas características culturais”. Assim sendo, as mudanças propostas com o objetivo de sanar os problemas dos espaços urbanos devem ser analisadas de acordo com os aspectos peculiares de cada cidade, possibilitando um processo de transformação que se adeque aos princípios do desenvolvimento sustentável. Outro aspecto importante, de acordo com Rogers (2008), para que haja o sucesso de uma cidade, torna-se necessário a colaboração e participação da população e do poder público, estes atores devem ser sujeitos ativos na criação e manutenção de um ambiente urbano e humano.

Um aspecto importante para iniciar qualquer intervenção nos espaços urbanos é conhecer a problemática urbana local. Assim, o levantamento dos principais problemas que comprometem a sustentabilidade urbana torna-se primordial para o processo de desenvolvimento do espaço urbano. É nesse propósito que o presente estudo direciona seus objetivos.

### **3.0 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

O estudo foi realizado no Município de Queimadas-PB, localizado na mesorregião do Agreste Paraibano, situado a 133 quilômetros de João Pessoa. Para atender ao objetivo proposto, este estudo caracteriza-se como sendo de abordagem qualitativa, com enfoque exploratório, uma vez que busca analisar os problemas urbanos atuais que interferem na (in) sustentabilidade urbana do Município de Queimadas-PB. A pesquisa também caracteriza-se como descritiva, conduzida sob a forma de estudo de caso, tendo sido realizada no mês de dezembro de 2017, com base na percepção ambiental e considerando o olhar investigativo e as experiências dos pesquisadores em relação ao fenômeno investigado.

Foi utilizada a pesquisa bibliográfica como base para consolidação dos fundamentos teóricos que embasaram o estudo; a pesquisa documental para levantamento de dados e informações disponíveis nos órgãos locais, além de documentos disponíveis em sites governamentais sobre a problemática urbana do município e a legislação vigente relacionada a gestão urbana.

Para melhor compreensão do fenômeno estudado, foram realizadas visitas *in loco* no espaço urbano do município de Queimadas-PB, com a cobertura de todas as ruas da cidade, através da presença e a observação direta dos pesquisadores, tendo como instrumento para coleta de dados, imagens fotográficas que evidenciasse problemas urbanos. Assim, os registros fotográficos associados a técnica de *check list* permitiu levantar os principais problemas urbanos no qual o sistema está exposto e que interferem na sustentabilidade da cidade.

Para a análise dos problemas urbanos identificados, foi realizada observações subjetivas das imagens e relacionando com as questões da sustentabilidade. Para isso, tomou-se como base

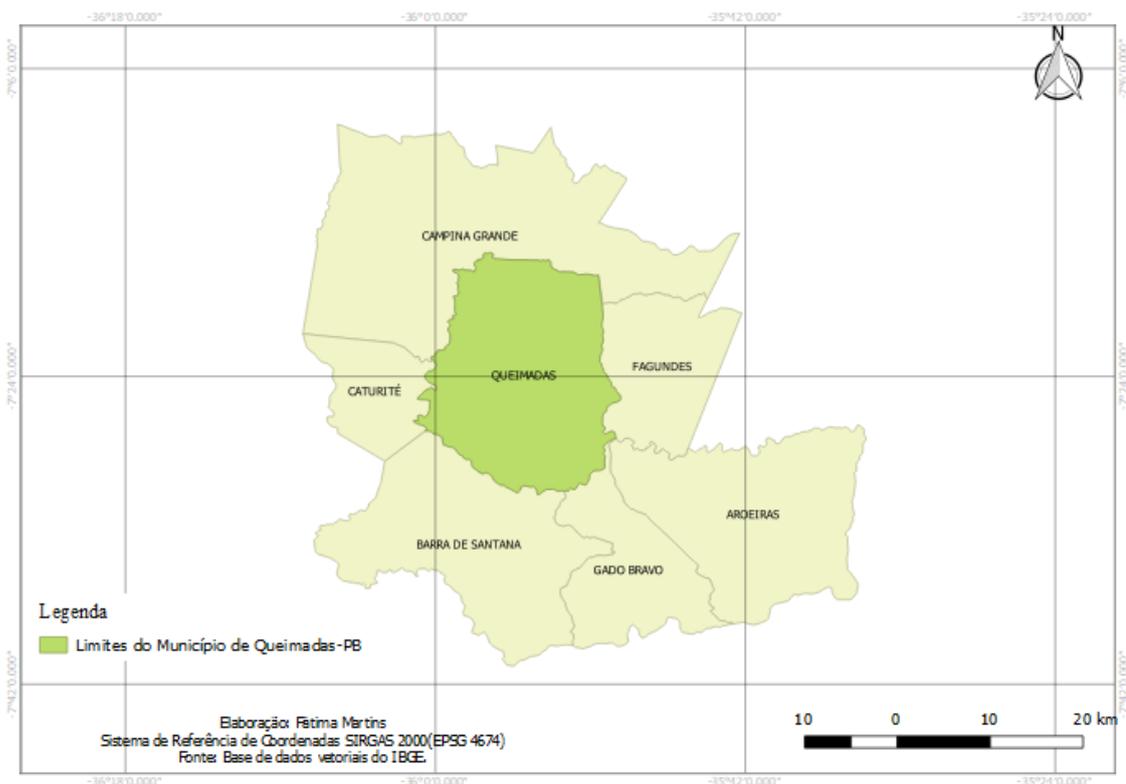
a legislação local, em especial, o código de postura do município, o plano diretor e a lei orgânica municipal; fundamentando a análise nas bases teóricas sobre espaço urbano e sustentabilidade urbana.

## 4.0 RESULTADOS

### 4.1 Breve caracterização do município de Queimadas-PB

O município de Queimadas limita-se ao Norte com a cidade de Campina Grande, Fagundes ao Leste, Barra de Santana, Gado Bravo e Aroeiras ao Sul e Caturité ao Oeste, como pode se observar na Figura 1.

Figura 1: Limite do município de Queimadas



Fonte: Próprios autores (2018).

Em 1882, vivia na atual região de Queimadas as famílias Tavares e Muniz, que sobreviviam da caça de animais e vegetais encontrados na localidade. Era comum aos moradores o costume de atear fogo às macambiras, muito abundantes ali, com o intuito de facilitar suas tarefas e a habitação humana. Em virtude disso, surgiu o nome da cidade, apesar de ter sido denominada de Tataguassu pelo decreto de lei estadual nº 520, de 31 de dezembro de 1943 e só depois ter sido denominada de Queimadas (IBGE, 2010).

Posterior às famílias Tavares e Muniz chegaram ao local Manoel Lopes de Andrade e a família Gonzaga. Em 1888, a cidade crescia em número de habitantes e foi construída a primeira capela, reformada somente mais tarde em 1904. O filho de Manoel Lopes de Andrade, João Lopes de Andrade, foi o primeiro comerciante do local (IBGE,2010). A cidade é destaque no comércio e ocupa o 4º na economia do Agreste Paraibano com um PIB de R\$ 365.555,00, segundo dados do IBGE (2013).

Em relação aos aspectos demográficos e sociais, tem-se que de acordo com o censo (2010) do IBGE, Queimadas é a 12ª cidade da Paraíba por possuir o maior número de habitantes, com uma população urbana de 22.236 habitantes (54,17%) e a rural de 18.813 (45,83%), totalizando uma população de 41.049, num território de 402,923 km<sup>2</sup> (IBGE, 2015). Além disso, é a cidade com o maior número de moradores rurais do Estado e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,608, segundo o IBGE (2010). Na distribuição da população por faixa etária nota-se que a sua maior parte (60,98%) está entre as idades de 15 a 59 anos, o que caracteriza uma população em sua maioria economicamente ativa, propiciando assim um desenvolvimento no município.

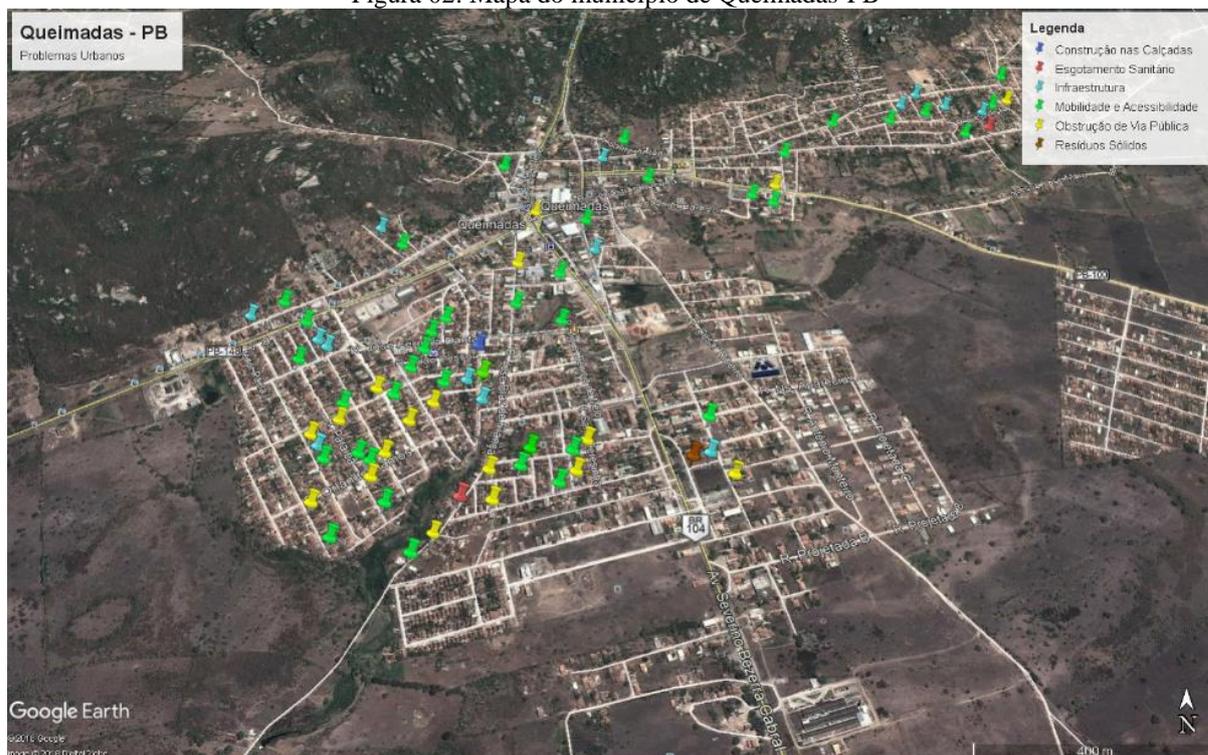
Quanto aos aspectos econômicos, de acordo com os dados do IBGE (2013) o PIB (Produto Interno Bruto) do município de Queimadas foi de R\$ 365.555,00 com uma maior participação dos serviços com 25,18%, seguido da indústria com 19,29%. O PIB per capita nesse mesmo ano foi de R\$ 8.583,92. Mesmo tendo grande parte da população residente na zona rural, o setor de agropecuária é o que possui menor número de pessoas ocupadas, com 45 pessoas, a maioria se concentra no setor de serviços com 1778 pessoas (IBGE, 2013). A agropecuária se caracteriza pela produção de banana, castanha de caju, coco da baía, goiaba, laranja, manga.

Diante do exposto, é oportuno citar que, não somente aqueles, mas outros problemas fazem parte do contexto estrutural da cidade, capazes de comprometer a mobilidade urbana, demonstrando que o planejamento urbano é uma ferramenta indispensável na construção do espaço urbano.

## 4.2 Principais problemas urbanos do espaço urbano de Queimadas-PB

Diante da realidade do espaço urbano atual, cedido pelo espaço natural, o município de Queimadas apresenta problemas de características peculiares, conforme o mapa feito a partir de dados coletados, pode indicar:

Figura 02: Mapa do município de Queimadas-PB



Fonte: Próprios autores (2018).

Foi possível verificar situações como calçadas irregulares, ausência de calçadas, esgotamento sanitário, infraestrutura, mobilidade, obstrução de vias públicas e resíduos sólidos são alguns dos problemas enfrentado pelos habitantes locais.

#### 4.2.1 Mobilidade e Acessibilidade – Calçadas

Acessibilidade e Mobilidade são conceitos que possuem características que se divergem, contudo, se complementam. A acessibilidade associa-se à facilidade de atingir o percurso almejado, já mobilidade relaciona-se com a capacidade das pessoas se deslocarem no meio urbano (BOARETO, 2005). Acerca destes conceitos, nota-se que a maioria dos logradouros do Município de Queimadas, estão irregulares. Segundo o Guia Prático para Construção de Calçadas, tanto estas, quanto os passeios e vias exclusivas de pedestres devem incorporar faixa livre com largura mínima de 1,20 m (ABCP, 2015). Nas imagens a seguir constata-se vários agravantes que dificultam a fluidez dos pedestres, dentre eles a ausência e/ou construção de calçadas irregulares, como também a existência de rampas de acesso nas residências, certamente, para o uso dos veículos. Além destes transtornos, verifica-se na cidade, muitas ruas sem calçadas, seja devido à falta de estrutura, pois não dispõem de espaço para as calçadas ou em função da utilização, por parte dos moradores, dos espaços destas como extensão de seus lares.

Figuras 03 e 04: Ausência de Calçadas na Cidade



Fonte: Próprios autores (2017).

Por conseguinte, percebe-se que, de modo irregular, ilegal, e ferindo a Legislação Municipal vigente, estas irregularidades comprometem a mobilidade, bem como a acessibilidade urbana em algumas ruas deste Município.

Também é típico das ruas de Queimadas a presença de corrimãos e escadas nas calçadas que dão acesso as residências (Figuras 04 e 05).

Figura 05 e 06: Presença de corrimãos nas calçadas



Fonte: Próprios autores (2017).

Conforme exposto nas fotos, a presença de corrimãos é algo considerado natural, uma vez que é encontrado em mais de uma residência, utilizado para proporcionar apoio aos moradores no acesso ao interior de suas respectivas residências. Entretanto, sua presença compromete a livre circulação de pessoas nas calçadas, compelindo-as a transitarem pela via pública.

Figura 07 e 08: Presença de calçadas irregulares (rampas e degraus)



Fonte: Próprios autores (2017).

De acordo com as imagens, degraus e calçadas irregulares fazem parte da estrutura das residências da cidade, proporcionando um estreitamento dos espaços destinados aos pedestres, comprometendo assim sua mobilidade e obrigando-os a caminharem sobre a via pública juntamente com os automóveis, conforme pode ser identificado nas figuras acima.

Sobre este problema urbano, com presença marcante nas ruas do município, observa-se que tal irregularidade compromete a mobilidade urbana em todos os sentidos, impedindo o trânsito livre dos habitantes. Além disso, a construção de calçadas irregulares, conforme se apresenta nas figuras, ultrapassa os limites legais da rua, inviabilizando assim a passagem de pessoas, podendo representar perigo para estas. Mediante o Código de Postura do município, em seu artigo 9º, referente a assegurar a higiene pública de maneira geral, de acordo com o inciso VIII, é vedado: “Fazer uso de escadas, janelas ou varandas, com frente voltada para a via pública para secagem de roupa ou quaisquer outros objetos, tais como vasos, que possam representar perigo aos transeuntes” (Código de Postura do Município, 2011, p. 04).

Conforme pode ser visto, a atuação dos habitantes locais descumpra a legalidade do Código de Posturas, uma vez que em todas as figuras, o acesso às calçadas é inviabilizado pela

presença de escadarias, corrimãos, rampas que impedem a mobilidade de pessoas. Para a execução da legalidade, mediante o Código, a remoção das escadarias, rampas e corrimãos seria necessária para a livre circulação de pessoas, sendo de responsabilidade dos proprietários das residências esta adequação e reestruturação destes espaços urbanos, visto que o Guia Prático para Construção de Calçadas também estabelece que é do proprietário do imóvel a responsabilidade pela construção da calçada em frente à sua casa, devendo mantê-la em bom estado de conservação, a fim de facilitar a acessibilidade mediante a remoção destes obstáculos nas vias públicas(ABCP, 2015).

A exemplo desta prática, cita-se a cidade de Salvador, que estabelece em seu Código de Polícia Administrativa que a reforma de calçadas localizadas na frente de áreas particulares é de responsabilidade do proprietário do imóvel, código ainda define prazo para efetuar as exigências expressas em lei. Em caso de descumprimento a prefeitura assume a execução do reparo e posteriormente envia os custos ao proprietário com acréscimo de 30% de multa sob o gasto com materiais e mão de obra (SALVADOR, 1999, p.19), medida essa que favorece a manutenção das calçadas e melhorias na mobilidade da cidade.

#### **4.2.2 Mobilidade e Acessibilidade - Obstrução de via pública**

A obstrução de vias públicas compromete a mobilidade urbana em todos os sentidos, tanto no que se refere aos pedestres, quanto à passagem de automóveis. Sobre este problema, o código de postura do município, veda, também, com o propósito de assegurar a higiene geral, descrito no capítulo 09, nos seguintes itens:

- V- Executar, em vias públicas, serviço de aterro com materiais inapropriados e detritos;
- VI- Executar serviços de escavação, remoção ou alteração do pavimento, passeio e meio-fio sem prévia autorização do órgão ambiental do município;
- VII- Provocar ou impedir, através de quaisquer meios, o trânsito de pedestres ou veículos;
- XI- Instalar condutos ou passagens de qualquer natureza em superfícies subterrâneas ou elevadas, atravessando logradouros públicos, sem a prévia autorização do município. (Código de Postura do Município de Queimadas- PB, 2011, p. 04)

No que concerne a este problema urbano, encontrou-se a presença de material de construção em via pública que impede a passagem das pessoas, causando transtornos diversos, sendo considerado empecilho à mobilidade de pessoas e automóveis, conforme pode ser visto nas figuras a seguir:

Figura 09 e 10: Obstrução de vias públicas por material de construção



Fonte: Próprios autores (2017).

Nas figuras acima são identificados materiais, tais como tijolos, areia, brita que, do modo como estão depositados, inviabilizam a circulação de veículos e pedestres, demonstrando a falta de comprometimento com a legislação vigente por parte de população local, bem como a ausência de fiscalização por parte dos órgãos competentes, considerando-se que existe um código de postura que enfatiza sobre tal atitude.

Um problema recorrente nas ruas de Queimadas-PB foi a presença de entulhos em via pública, deixados pela própria Prefeitura Municipal, após a realização das obras públicas, conforme Figuras 10 e 11.

Figura 11 e 12: Obstrução de vias públicas por entulho resultantes de obras municipais



Fonte: Próprios autores (2017).

Verificou-se diversas ruas interditadas por entulhos e outras dificultando a mobilidade das pessoas, seja através de veículos automotivos, bicicletas, motocicletas e principalmente, a passagem dos pedestres. A presença desses materiais, evidencia que essa é a forma que a Prefeitura utiliza para isolar as vias até que as obras fiquem prontas e totalmente acessível às pessoas. Esse tipo de medida é inadequado, pois transforma a cidade em um caos e as obras públicas, que traz benefícios, passa a ser vista como aspecto negativo por um determinado período e para quem visita à cidade. Portanto, torna-se evidente que a Administração Pública local está na contramão do que já está sendo posto em prática por vários municípios no Brasil, onde proíbem e penalizam tais ocorrências, como é o caso do município de Coaraci no Estado da Bahia que dispõe de decreto “proíbe lançar, depositar, permitir ou propiciar a deposição de resíduos sólidos, bens inservíveis, resíduos da construção civil e resíduos de poda em terrenos

baldios ou em logradouros públicos” e aplica multa de R\$ 63,00 para duas URM (Unidade de Referência Municipal) e para entulhos com volume superior a uma caçamba um valor adicional de R\$ 63,00 por caçamba (COARACI, 2017, p. 2).

Também é uma característica das ruas de Queimadas-PB a existência de árvores plantadas nas ruas e em algumas delas é comum se ver uma proteção de alvenaria (tipo jarro) em volta dessas árvores realizadas pelos próprios moradores, conforme Figura 12 e Figura 13.

Figura 13 e 14: Presença de árvores plantada das ruas



Fonte: Próprios autores (2017).

De acordo com as imagens, além dos problemas urbanos supracitados, verifica-se a existência de árvores na via pública, as quais interferem na circulação fluida nas ruas, comprometendo ainda mais a mobilidade urbana. É oportuno mencionar que as árvores que estão plantadas, já se faziam presentes antes da formação da vila de casas. Vendo o processo de urbanização como inevitável, as árvores não foram retiradas, sendo apenas adaptadas ao processo, refletindo assim, a falta de planejamento urbano.

Conquanto o Código de Postura do município esteja em conformidade com a legalidade, a população e a Prefeitura Municipal de Queimadas insistem em agir de modo contraditório ao que prega a legislação municipal, comprometendo a livre circulação de automóveis, bem como de transeuntes nas vias públicas.

#### 4.2.3 Esgotamento Sanitário

Comum à grande maioria dos centros urbanos e também na cidade de Queimadas encontrou-se em algumas das vias públicas problemas relacionados ao esgotamento sanitário, decorrência da ação antrópica, bem como da falta de planejamento das áreas urbanas, como também, da ausência de políticas públicas que tratem da questão exposta, conforme pode ser apresentado nas imagens a seguir:

Figura 15 e 16: Esgotamento sanitário



Fonte: Próprios autores (2017).

De acordo com o Código de Postura do município, em seu artigo 9º, referente a assegurar a higiene e limpeza pública, é exposto os seguintes itens, considerado como vedado os seguintes casos:

“II- Escoar águas poluidoras procedentes das edificações, em geral, para a via pública.

III- Lançar nas vias públicas, quaisquer materiais ou dispositivos que comprometam seu asseio” (Código de Postura do Município de Queimadas- PB, 2011, p. 03)

Ainda que esteja presente na legislação do município, o que se vê na prática é uma realidade totalmente adversa ao que é descrito nos incisos acima, para tanto é necessária uma maior conscientização de todos os agentes envolvidos – população e poder público -, uma vez que o esgotamento sanitário inadequado e/ou ineficaz acarreta não apenas problemas ambientais, mas também sociais e de a saúde pública com impactos imediatos e a longo prazo.

#### **4.2.4 Infraestrutura**

A infraestrutura é elemento de que necessitam as áreas urbanas, no que tange à sua existência e manutenção. Entretanto, é sabido que a localização geográfica da cidade de Queimadas é privilegiada devido à presença da Serra do Bodopitá, um afloramento rochoso que contorna toda a sua área urbana. Este fator natural não impediu a urbanização, bem como a construção de moradias, porém esta realidade compromete a infraestrutura local, conforme pode ser visto nas figuras a seguir:

Figura 17 e 18: Ausência de infraestrutura local



Fonte: Próprios autores (2017).

Além dos problemas de infraestrutura presentes nas ruas, dada as características locais do município, especialmente pela presença de rochas, verifica-se algumas construções em locais que representam riscos para os moradores. As Figuras 16 e 17 evidenciam que as moradias foram construídas em um terreno com declive, tendo rochas no topo do terreno. Essas rochas, ao longo dos anos, podem sofrer os efeitos erosivos e se deslocarem, provocando sérios problemas para a população. Ressalta-se que a falta de infraestrutura está presente tanto em áreas periféricas, quanto em áreas centrais da cidade. As Figuras 18 e 19 evidenciam essa realidade.

Figura 19 e 20: Ruas sem infraestrutura



Fonte: Próprios autores (2017).

Nas figuras em destaque, foram encontrados problemas como irregularidade do terreno; ausência de pavimentação e pouco espaçamento nas ruas, o que as tornam estreitas. Estas irregularidades testificam o impedimento para circulação de pessoas e automóveis.

Percebe-se também que as construções civis se adaptaram às declividades do relevo local, não impedindo a construção de edificações, bem como o surgimento de novas vias. A forma urbana conforme se apresenta nas imagens descritas, se constituem como empecilho à mobilidade urbana, dificultando o acesso a grupos de pessoas como idosos ou cadeirantes.

A cidade de Queimadas tem em sua estrutura urbana, diversas ruas estreitas que impossibilitam a mobilidade, conforme mostra as Figuras 20 e 21.

Figura 21 e 22: Infraestrutura – ruas estreitas



Fonte: Próprios autores (2017).

Neste caso, além dos problemas citados, nota-se a falta de planejamento urbano na cidade, com a presença de ruas estreitas, chegando a medir em média 3 metros de largura e com pouca acessibilidade e que devido à notória ausência de calçadas, estes recortes urbanos comprometem ainda mais a mobilidade da cidade

#### 4.2.5 Resíduos Sólidos

Outro problema de característica urbano-humanístico é a deposição inadequada dos resíduos sólidos urbanos, decorrente também da ação humana que traz como consequências os riscos à saúde pública, impactando não apenas o meio ambiente, mas também os âmbitos sociais e econômicos. Muito embora os avanços louváveis em termos legislativos, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), traz em seu escopo, os caminhos por onde devem ser “trilhados” os resíduos gerados nos centros urbanos, até a sua deposição final. As imagens a seguir revelam uma realidade, em contradição com a legislação nacional, bem como local:

Figura 23 e 24: Presença de Resíduos Sólidos nas ruas



Fonte: Próprios autores (2017).

O artigo 6º do Código de Postura do município aborda a tarefa intransferível do município quanto a execução da limpeza de vias, praças e logradouros públicos. O inciso 2º torna-se preciso sobre esta tarefa, afirmando que: “§ 2º. É vedado o lançamento de resíduos provenientes de varredura do interior das edificações, terrenos e veículos para o lançamento de quaisquer materiais ou resíduos sobre o leito das vias, logradouros públicos, terrenos e bocas de lobo”. (Código de Postura do Município de Queimadas- PB, 2011, p. 03). Tal postura, por parte da população, é reflexo da falta de consciência e educação que exprime atitudes comprometedoras ao meio ambiente e à saúde pública.

Além disto, o município dispõe do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, que carrega em seu propósito, a legislação para ser posta em prática por parte dos governantes para melhorar a questão da geração e destinação dos resíduos sólidos no município. Este aborda, também, elucida a participação da população na limpeza urbana, a fim de despertar a consciência nas atividades a serem realizadas. Sendo assim:

A consequência direta dessa participação traduz-se na redução da geração de lixo, na manutenção dos logradouros limpos, no acondicionamento e disposição para a coleta adequados e, como resultado final, em operações dos serviços menos onerosas [...] Em última análise, está na população a chave para a sustentação do sistema, implicando por parte do município, a montagem de uma gestão integrada que inclua, necessariamente um programa de sensibilização dos cidadãos e que tenha uma nítida predisposição voltada para a defesa das prioridades inerentes ao sistema de limpeza urbana. (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Prefeitura Municipal de Queimadas - PB, 2017, p. 17).

Com base nas imagens expostas, nota-se que a cidade de Queimadas ainda apresenta a deposição inadequada destes resíduos, que trazem consequências graves à saúde humana, através da proliferação de doenças das mais variadas ordens, além de ocasionar em poluição visual, conforme fora detectado em pesquisa realizada.

## **5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realidade existente nas cidades atuais é reflexo da ausência de políticas públicas voltadas para gestão municipal. Situações como existência de calçadas inadequadas, ruas com pouca infraestrutura, edificações em terrenos com declividades, demonstram a falta de planejamento urbano necessário nas cidades, bem como de uma efetiva fiscalização por parte do poder público local, no que tange à melhoria na estrutura das cidades. Oportuno salientar que a população que clama por melhoria nas condições estruturais, é a mesma do consumo desordenado e também a que polui, degrada e não preserva o patrimônio público, dificultando assim seu processo de reeducação social e ambiental.

Objetivando analisar os problemas que interferem na (in) sustentabilidade urbana do município de Queimadas, a fim de se gerar informações das condições atuais deste mesmo espaço urbano, foram identificados, através de pesquisa realizada, problemas como esgotamento sanitário, deposição inadequada de resíduos sólidos, obstrução de vias públicas por material de construção, calçadas irregulares, presença de degraus e corrimãos, ruas estreitas, ausência de infraestrutura local e árvores localizadas nas ruas. Estes, por sua vez, trazem transtornos e comprometem a mobilidade urbana, bem como a sustentabilidade urbana local.

A cidade de Queimadas não é exceção quando se trata de problemas urbanos, muito embora seja uma realidade, alguns avanços em termos de legislação, considerando-se a existência do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, o Código de Posturas, ainda há muito que melhorar em termos estruturais, uma vez que os problemas encontrados são considerados graves, comprometedores da mobilidade urbana e da acessibilidade, além de uma

população que parece ainda não ter despertado para a responsabilidade de manter limpo e digno o espaço em que habita.

A ausência de Planejamento Urbano é fato expresso em todos os espaços que foram mencionados, a cada obstrução de via, presença de corrimãos, resíduos sólidos depositados em local inadequado, péssimas condições de esgotamento sanitário e infraestrutura de modo geral. Portanto, é necessário a intervenção do poder público, para que se possa colocar em prática o que consta na legislação existente, visando obter os avanços necessários para garantir melhorias na qualidade de vida da população, com vistas a alcançar a sustentabilidade urbana, debatida nas agendas, temáticas estas que estão em destaque nos dias atuais.

## 6.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOARETO, R. **O Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana do Ministério das Cidades**. Programa Brasil Acessível. MCidades, 2005.
- BRUNDTLAND, C. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: o nosso futuro comum**. Universidade de Oxford. Nova Iorque, 1987.
- BUARQUE, Sergio C. **Construindo o Desenvolvimento local Sustentável**. Rio de Janeiro; Garamond, 4 ed. 2008.
- CARVALHO, S. N. **Condicionantes e possibilidades políticas do planejamento urbano**. Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- COARACI. **Decreto Nº 6900 de 22 de maio de 2017**. Prefeitura Municipal de Coaraci - Estado da Bahia. Coaraci, 2017.
- FARR, Douglas. **Urbanismo Sustentável: desenho urbano com a natureza**. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- FERREIRA, M.M.M. D. 2016. **Desenvolvimento Urbano Sustentável: o papel dos cidadãos**. Disponível em: <[http://www.apgeo.pt/files/docs/CD\\_X\\_Coloquio\\_Iberico\\_Geografia/pdfs/052.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/052.pdf)> Acesso em: 18 agosto 2016.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo**. Disponível em:< <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em janeiro de 2018.
- LEFEBVRE, H. **O direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, Vozes, 2001.
- MARTINS, M.F. **Modelo de monitoramento do nível de sustentabilidade urbana: uma proposta de operacionalização e validação dos seus constructos**. Campina Grande. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, 2012.
- SALVADOR. **Lei nº 5.503 de 17 de fevereiro de 1999**. Código de Polícia Administrativa do Município do Salvador. Prefeitura Municipal de Salvador – Estado da Bahia. Salvador, 1999.
- QUEIMADAS. **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos**. Queimadas–PB, ago 2014.
- \_\_\_\_\_. **Lei Nº 286, de dezembro de 2011**. Código de Posturas do Município, Queimadas – PB, dez 2011.
- ROGERS, R. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2008.
- SAMPAIO, D.T. Sustentabilidade Urbana: Conceitos e Controversias. *In: V Encontro Nacional e III Encontro Latino-Americano sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis*, 1., 2009, Recife. *Anais....*Recife, 2009.
- ABCP - Associação Brasileira de Cimento Portland. 2015. **Guia Prático Para a Construção de Calçadas**. Disponível: <http://www.abcp.org.br/cms/download/?search=Cal%C3%A7adas>. Acesso em março de 2018.
- WILHEIM, J. 1928 - **Cidades: o substantivo e o adjetivo**. São Paulo: Perspectiva, 2008.